



Agenda política

Do liberalismo ao estatismo A ideologia pendular da ditadura militar segundo Mario Pedrosa

34

From liberalism to statism The pendular ideology of the military dictatorship according to Mario Pedrosa

Josnei Di Carlo¹

Resumo: A urgência de compreender a derrota da esquerda com o Golpe de 1964 levou o crítico de arte e militante socialista Mário Pedrosa (1900-1981) a sistematizar seu pensamento político em *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileira*. Nos dois livros lançados em 1966 pela Civilização Brasileira, procurou analisar a organização militar como um ator político com especificidades. Formada no interior da Escola Superior de Guerra (ESG), a ideologia militar precisava ser compreendida para tornar inteligível a

¹ Mestre em Ciência Política (UFSCar) e doutor em Sociologia Política (UFSC). Atualmente, é pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR e pesquisador do Laboratório de Sociologia do Trabalho da UFSC. E-mail: josneidicarlo@hotmail.com.br.

razão de os militares assumirem o poder político diretamente e os possíveis desdobramentos disso. O Golpe de 1964, para Pedrosa, teve um móvel endógeno, que sofreria modificações com os militares no governo. A hipótese é que presos às teses do liberalismo ao darem o Golpe de 1964, se afastariam delas conforme fossem ocupando postos estratégicos na máquina estatal, notando os conflitos de interesses entre o Estado e o capital financeiro internacional.

Palavras-chave: Mário Pedrosa; Ditadura Militar; Liberalismo; Burocracia.

Abstract: The urgency of understanding the defeat of the left with the 1964 Coup in Brazil led art critic and socialist activist Mário Pedrosa (1900-1981) to systematize his political thinking in *A Opção Imperialista* and *A Opção Brasileira*. In both books published in 1966 by the Civilização Brasileira, he tried to analyze the military organization as a political actor with specifics. Formed within the Escola Superior de Guerra (ESG), military ideology needed to be understood to make intelligible the reason why the military took political power directly and the possible consequences of that. The 1964 coup in Brazil, for Pedrosa, had an endogenous piece of furniture that would undergo modifications with the military in government. The hypothesis is that if they were held to the theses of liberalism by giving the 1964 coup, they would move away from them as they occupied strategic positions in the state machine, noting the conflicts of interest between the state and international financial capital.

35

Keywords: Mario Pedrosa; Military Dictatorship; Liberalism; Bureaucracy.

1. Introdução

Quando do Golpe de 1964, Mário Pedrosa (1900-1981) era reconhecido como o grande crítico de arte do Brasil. Suas colunas de artes visuais e engajamento em defesa do abstracionismo contribuíram para a renovação do campo artístico pós-Estado Novo. Sua trajetória fora marcada, até então, pela militância política à esquerda. Não a abandonou em 1946, passou a conciliá-la com o colonismo cultural. Assim, a urgência de assimilar a impotência da esquerda diante do movimento militar que destituiu João Goulart levou o crítico de arte a sistematizar suas ideias políticas em *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileira*. Publicados em 1966 pela Civilização Brasileira, os dois livros apresentam uma análise pioneira da ditadura militar. A saber, Pedrosa preocupou-se em compreender os militares como um ator político dotado de especificidades, cuja ideologia, formada na Escola Superior de Guerra (ESG), precisava ser investigada para tornar inteligível a razão de eles terem assumido o poder político diretamente. Não só, refletir sobre as inflexões dessa ideologia com os militares

administrando o Estado brasileiro. Um móvel endógeno, portanto, deu coesão para destituírem João Goulart, mas seria insuficiente para mantê-los coesos no Governo.

Em razão do exposto, este artigo sistematiza a análise de Pedrosa sobre a ideologia militar e sua percepção de que ela era insustentável no trato direto com a administração pública. Por conseguinte, a hipótese a sustentar nossa leitura do corpus é de que os militares saíram dos quartéis liberais e se afastariam do liberalismo por exigência da *Realpolitik*, conforme se deparassem com os conflitos de interesses do Brasil e do capital financeiro internacional. Para dar conta de reconstruir a compreensão pedrosiana desse processo nos limites de um artigo, a investigação centra nas fontes primárias em detrimento da apresentação do campo teórico e historiográfico sobre o tema da ideologia militar – analisado por Oliveira (1976), entre outros. Certamente não é o método ideal, mas se mostrou adequado para expor a razão de Pedrosa ter focado a teoria da guerra revolucionária para compreender o Golpe de 1964. Embora Stotz (1986) e Lemos (2018) tenham reconhecido o pioneirismo da análise pedrosiana, trataram-na *en passant*, sem se preocuparem em reconstruí-la enquanto uma articulação entre *A Opção Imperialista* e *A Opção Brasileira*.

36

Para atingir o objetivo proposto, dividimos o artigo em três partes: na primeira fazemos uma síntese da política externa dos Estados Unidos (EUA) para compreender que a crítica de Pedrosa à retórica liberal constrói-se demonstrando que a expansão da economia estadunidense foi possibilitada por uma atuação estatal deliberada; na segunda parte procuramos demonstrar que a amalgama entre o liberalismo – a-histórica, ao não levar em conta que a ação política dos EUA foi fundamental para a expansão de sua economia, tornando-se a grande potência imperialista após a Segunda Guerra – e o anacronismo da Guerra Fria gestaram a ideologia militar a sustentar o Golpe de 1964; na terceira parte nos detemos sobre o prognóstico pedrosiano da ação dos militares no governo até 1965 e as possíveis inflexões de sua ideologia a partir do momento em que ocupassem a máquina estatal.

2. O imperialismo sob a retórica liberal

A observação de Pedrosa (1966b, p. 291) de que os economistas “estudam à perfeição o mecanismo interno das forças produtivas, como se se tratasse mesmo de um mecanismo autorregulável”, orienta sua crítica ao liberalismo. Para sustentá-la,

volta-se para a política externa dos EUA, base da expansão econômica estadunidense. Ao ignorarem a história, os liberais podem sustentar que a economia é regida por leis naturais. O crítico de arte, portanto, apresenta a história de um país para demonstrar que o poder econômico é produto direto de uma escolha política. Não há autorregulação da economia, mas agência das classes sociais preocupadas com sua reprodução. O desnudamento da retórica liberal para apresentar o imperialismo revela como Pedrosa apropriou-se de Lenin (1985) e Luxemburgo (1970).

Na análise pedrosiana, somente nos estertores da Primeira Guerra que os EUA ensaiaram retirar a hegemonia da Inglaterra na América Latina. Essa expansão foi possível após a formação de corporações e trustes estadunidense. Para isso, o Congresso do país aprovou em 10 de abril de 1918 a “An Act to Promote Export Trade and Other Purposes”. A Lei Webb-Pomerane – como é conhecida –, ao isentar os exportadores de regulamentações antitrustes, lançou as bases da política dos EUA para o comércio exterior. Segundo Pedrosa (1966a, p. 37), ela criou os condicionantes para o país dominar o comércio mundial, especialmente o latino-americano, a partir da Segunda Guerra: os investimentos estadunidenses na América do Sul saltaram de 173 milhões de dólares em 1913 para 2,294 bilhões em 1929, enquanto “os investimentos ingleses, então ainda rivais dos norte-americanos, somavam, em 1913, 3,382 bilhões de dólares; em 1929, 4,486 bilhões”. A gênese do imperialismo sob a retórica do livre mercado tem em sua base uma lei a favorecer a expansão das corporações e trustes dos EUA.

Já em 1920, destaca o crítico de arte, o governo estadunidense despejou um bilhão e meio de dólares na América Latina. Entretanto, com a queda dos preços das matérias-primas latino-americanas desencadeada pela Crise de 1929, os empréstimos decaíram e o sistema financeiro recuou frente à insegurança crescente em receber os pagamentos. Para reanimar o comércio interamericano, continua, o governo dos EUA criou um sistema de convênios de comércio recíproco – “Reciprocal Trade Agreement Act” – em 29 de março de 1934. Ao se recusar ser o coletor das dívidas, desagradou o sistema financeiro. No intuito de dar suporte à nova política financeira estatal, com empréstimos feitos diretamente de um governo a outro, fundou agências oficiais – com o Export-Import Bank, fundado no mesmo ano da lei citada, sendo a principal delas. As

reformas empreendidas por Roosevelt, na compreensão pedrosiana, atingiram as estruturas econômicas e sociais estadunidenses. Contudo, foram recebidas hostilmente pelos homens de negócios, porque, através delas, o capital privado estava perdendo espaço para o capital estatal nos investimentos realizados na América Latina. Apropriando-se da expressão de Arthur Pincus, uma de suas referências, Pedrosa (1966a, p. 49) afirma que se trata “de um novo imperialismo dirigido pelo Estado, em coexistência com o velho imperialismo”. O novo imperialismo é marcado, portanto, por uma fusão do capital estatal com o capital privado. No estilo mordaz de Pedrosa (1966a, p. 52), o Estado tinha que intervir para o capitalismo não soçobrar: “A máquina global capitalista emperra e verifica-se a necessidade de suspender seu funcionamento para reabrir a troca, a comunicação, a resposta por meios inteiramente inortodoxos, isto é, fazendo presentes – dar”.

Em 12 de abril de 1945, durante seu quarto e último mandato, Roosevelt faleceu e, em seu lugar, assumiu Truman. Com a Casa Branca ocupada por outro presidente, inaugurou-se um novo capítulo na política externa dos EUA, segundo a investigação pedrosiana. Terminada a Segunda Guerra, a América Latina voltou ao seu posto de periferia. Com o governo estadunidense voltando seu poder econômico para a Europa através do Plano Marshal, no intuito de bloquear o avanço soviético. A condição periférica latino-americana perduraria no mandato do próximo presidente dos EUA porque, se antes a preocupação era de que mais países europeus se aproximassem da União Soviética (URSS), agora Eisenhower tinha de administrar a Guerra da Coreia e impedir que o socialismo grassasse pela Ásia. A América Latina continuaria relativamente esquecida até 1959, quando a Revolução Cubana levou o governo estadunidense a destinar parte de seus recursos econômicos para combater o avanço do socialismo em seu continente.

A nova política externa confirmou-se com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1959. E consolidou-se em 1961, durante o mandato de Kennedy, com a Carta de Punta del Este, onde, conforme exposto por Pedrosa (1966a, p. 55), “pela primeira vez, o Governo americano reconhece a plena legitimidade, em tempo de paz, dos grandes empréstimos públicos, de Estado para Estado, visando expressamente ao desenvolvimento econômico estrutural nos nossos países latinos”.

Kennedy chamou a Aliança para o Progresso de “revolução”: no caso da América Latina, tratava-se de retirar “o monopólio das riquezas de grupos privilegiados, instituindo *contra* eles certas reformas estruturais, afetando relações de propriedade”; em relação aos EUA, de “engajar pesados créditos do Estado em empreendimentos demandando capitais de risco”, observa Pedrosa (1966a, p. 55, grifo do original). A fusão do capital estatal e capital privado deixou de ser circunstancial à guerra, como foi no período rooseveltiano, e passou a ser o fundamento do novo imperialismo. Assim, o governo estadunidense não se submetia aos limites da ortodoxia liberal, poderia determinar os países latino-americanos a adotarem certas reformas estruturantes – como a reforma agrária, quebrando o monopólio das riquezas da burguesia agrária – quanto tomar à frente investimentos de riscos para assegurar retorno ao capital privado de seu país no exterior.

39

Para o crítico de arte, a Aliança para o Progresso abriu outro capítulo na história do imperialismo, embora os problemas dos anos 1940 retomassem a atualidade. Comentando uma intervenção de David Rockefeller na Conferência sobre Tensões no Desenvolvimento do Hemisfério Ocidental, realizada na Bahia em agosto de 1962, Pedrosa (1966a) aponta os três problemas temidos pelos homens de negócios dos EUA: 1) a depreciação dos preços das matérias-primas de exportação, 2) o crescimento demográfico, 3) o nacionalismo. Este era o mais restritivo à penetração imperialista na América Latina e sua chave encontrava-se no subsolo. Os interesses nacionais em conjunto com a política de não intervenção deixavam os capitalistas inseguros para investir na América Latina. Conforme Pedrosa (1966a, p. 61), “uma das grandes questões conflitantes entre investidores estrangeiros e exportadores de capitais e os países importadores deles foi e tem sido sempre, com efeito, a da propriedade das riquezas do subsolo”.

A chave de leitura pedrosiana do imperialismo é feita através do subsolo porque os interesses nacionais e internacionais entram em choque quando de sua exploração. Ao dar importância ao antagonismo gerado pela apropriação das riquezas naturais, Pedrosa analisa a formação do nacionalismo brasileiro no século XX investigando como o Brasil acomodou seus interesses face aos imperialistas pela exploração dessas

riquezas. Inicia sua exposição sobre os anos 1930 em razão de o nacionalismo ter se formado concomitantemente à Era Vargas.

Recorda que em 23 de dezembro de 1937, pouco mais de um mês após a decretação do Estado Novo, com as dificuldades cambiais e a queda dos preços do café, Vargas instituiu o monopólio do câmbio. O Decreto-lei nº 97 não foi bem recebido pelos EUA. Do mesmo modo não lhes agradavam as relações comerciais brasileiras com a Alemanha. Para combater o monopólio do câmbio, o governo estadunidense aumentou o crédito do Brasil em 1939. Já em abril o câmbio voltou a ser livre. Objetivando enfraquecer as relações comerciais germano-brasileiras, os EUA tinham de absorver a produção de mercadorias do Brasil. Assim, facilitaram as relações cambiais e monetárias e cooperaram para o país desenvolver seus recursos. Em setembro de 1940, o Export-Import Bank fez empréstimos para o Estado Novo desenvolver a produção industrial. Pedrosa (1966a, p. 131) destaca que Volta Redonda “é o primeiro financiamento que o governo americano faz para fundar uma indústria de aço em país estrangeiro e não para americanos privados, mas para um empreiteiro público, o Governo brasileiro”. O financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional não foi ocasional, observa, pois a Alemanha e o Japão chegaram a propor um acordo de financiamento de usinas de aço em 1937, cuja contrapartida seria o monopólio de consumo da produção. Contudo, Vargas recusou a proposta. Pelo fato do acordo envolvendo Volta Redonda ter aberto uma brecha nas relações comerciais dos EUA com a América Latina, estimulando reivindicações semelhantes de outros países latino-americanos, os homens de negócios sabotaram convenções nos mesmos moldes, mesmo que elas estivessem condicionadas ao alinhamento do país ao governo Roosevelt – à cessão de bases aéreas e navais, à substituição da tecnologia de origem europeia pela estadunidense, assim por diante. A brecha comercial foi fechada, mas a ortodoxia liberal sofreu um golpe duro com a flexibilidade rooseveltiana.

Por ter lutado contra o avanço do integralismo na década de 1930 (Abramo, 1984; Maffei, 1984), que, em um contexto de disputas interimperialistas poderia levar Vargas a um alinhamento ao Eixo, Pedrosa (1966a) leva em conta a Ação Integralista Brasileira (AIB) como um importante ator político no fortalecimento das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha. Ressalta que depois da Revolução de 1930 o

governo alemão aumentava ano a ano suas trocas comerciais com o brasileiro, tomando o lugar dos EUA no comércio com o Brasil em meados de 1937. Mas perdeu o posto logo em seguida com a contraofensiva de Roosevelt de abrir uma linha de crédito de 60 milhões de dólares. Em 10 de novembro, Vargas decretou o Estado Novo com o apoio dos integralistas. Contudo, o ditador estado-novista rifou a AIB.

Defenestrado do Estado Novo, os integralistas tentaram dar um golpe em 11 de maio de 1938 através de um assalto ao Palácio Guanabara, residência oficial do governo brasileiro. Derrotados, não havia mais um importante ator político para levar o Brasil a estreitar laços com o Eixo. O governo estadunidense, por sua vez, usava suas finanças para retomar a hegemonia junto a Vargas: linhas de crédito do Export-Import Bank para o Tesouro Brasileiro e Banco do Brasil, aponta Pedrosa. O comércio com a Alemanha decaiu e o governo brasileiro entrou na Segunda Guerra, adaptando sua economia para fornecer minerais para os militares. No balanço pedrosiano, Vargas era pragmático, negociava, ora com a Alemanha, ora com os EUA, para atender aos interesses nacionais. Assim foi porque encontrou um momento favorável para barganhar: a decadência do imperialismo inglês, a ascensão do imperialismo estadunidense e dos países do Eixo, além de uma guerra a reordenar a economia pelo Estado. O processo analisado por Pedrosa gestou um nacionalismo calcado na negociação com o imperialismo, mas depois da Segunda Guerra as condições de barganha deixaram de existir porque os EUA passaram a ser a grande potência imperialista, com a Europa devastada pela guerra.

41

Podemos resumir a tese pedrosiana em uma frase: o Estado é imprescindível ao liberalismo. Recorrer ao Estado, portanto, não faz automaticamente um governo adepto do socialismo, mas indicam suas escolhas políticas, quais interesses procuram privilegiar com a atuação estatal. A política externa dos EUA visava fortalecer a acumulação do capital de sua burguesia, estreitando laços comerciais com outros países através da intervenção estatal – antagônica ao liberalismo, mas fundamental, caso seja escamoteada, para os liberais afirmarem que a economia estadunidense se tornou hegemônica por causa de sua competitividade, ou seja, seguindo as leis naturais da economia, se autorregulando.

3. A gênese da ideologia militar

A retórica liberal ao fundir-se com a ideologia da Guerra Fria tornou a cena política efervescente, sustentando o golpismo de setores da sociedade civil e das Forças Armadas. A compreensão da ação dos militares no governo passa pelo entendimento do contexto anterior ao Golpe de 1964. Se a retórica liberal foi desvelada por Pedrosa para compreender o imperialismo, a tese de que uma revolução comunista estava em andamento no Brasil é escrutinada por ele para demonstrar como ela foi construída para deslegitimar qualquer tentativa de desenvolvimento nacional autônomo.

Na análise pedrosiana, o setor externo estrangulava o crescimento econômico do Brasil desde 1930. Dadas as disputas interimperialistas, Vargas, ao barganhar com as potências imperialistas, conduziu a industrialização mantendo o saldo comercial positivo. Entretanto, após a Segunda Guerra, com a ascensão dos EUA à grande potência capitalista, Washington concentrou seus esforços em tornar a balança comercial favorável a seu país. Segundo Pedrosa (1966b, p. 203), “o desaparecimento desses saldos em favor dos exportadores americanos não se fez em plena espontaneidade”, foi produto de uma política comercial oficial deliberada que, por um lado, evitava “as entregas de equipamentos para os setores industriais dos países subdesenvolvidos” e, por outro, transformava “a balança comercial desses países de credora a devedora”. Modificando-se as relações comerciais pan-americanas, o Brasil teria de adotar outra política econômica para aprofundar a industrialização.

A inflexão iniciou-se em 1955, com a eleição de Kubitschek. Entre 1956 e 1960 a política de substituição das importações tornou-se mais complexa, com o Estado passando a financiar projetos do setor estrutural, enquanto o capital estrangeiro financiava setores da indústria. Nos termos de Pedrosa (1966b, p. 203), o período compreendido foi assinalado “pelo aumento da intervenção direta e indireta do governo na inversão, acompanhado da entrada ponderável do capital estrangeiro privado e oficial no financiamento de certos setores”. Porém, continua Pedrosa (1966b, p. 203, grifos do original), “a contribuição de capitais do Estado não se limitou às suas funções por assim dizer rotineiras de ordem compensatória, na cobertura de *déficits* usuais no balanço de pagamentos”, passou a financiar projetos do setor estrutural. Em relação ao capital estrangeiro, sua porta de entrada para investir na indústria mecânica

foi a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito. Pedrosa (1966b, p. 203) ressalta que “foi a época do apogeu do desenvolvimentismo, marca JK”, onde certas indústrias mecânicas nasceram e se expandiram – tais como a de automóvel, construção naval, material elétrico pesado, metalurgia dos metais ferrosos, celulose e papel, química pesada, entre outras.

No bojo do processo descrito estava a inflação. Citando dados do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado no início da ditadura militar – de que “os gastos correntes e a arrecadação tributária mantiveram-se, entre 1956 e 1960, em torno de 20% do Produto (médias de 20,2% e 19,4%, respectivamente), enquanto os investimentos passaram de 3,3% para 5,7%, respectivamente” –, Pedrosa (1966b, p. 203, p. 209) declara que “a causa principal do desequilíbrio no setor público” foi “o rápido crescimento dos investimentos governamentais sem o apoio de adequado esquema financeiro”. Pedrosa (1966b, p. 203) acentua as contradições do problema inflacionário ao afirmar que “foi necessário optar entre parar o processo de desenvolvimento ou arriscar agravar, consideravelmente, a pressão inflacionária”. Mas, “o que é uma fatalidade da formação capitalista do Brasil, o aprofundamento também do desenvolvimento desigual”, lembra Pedrosa (1966b, p. 209). A audácia do governo, para ele, foi um cálculo político. O parque industrial brasileiro diversificou-se com Kubitschek, tornando-se um feito exclusivo seu, enquanto a inflação cobraria seus dividendos posteriormente, com o próximo presidente tendo de adotar política econômica impopular para combatê-la. Citando o Plano Trienal, proposto pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado com Goulart à frente da presidência, Pedrosa (1966b, p. 203) destaca que Kubitschek “cedeu ante à pressão dos capitais estrangeiros na política cambial”, enquanto “resistiu à pressão da finança internacional no que concerne à sustação dos investimentos do setor estatal”.

Como posto anteriormente, o nacionalismo formou-se pela barganha com o imperialismo. Pragmático, Vargas aproveitou as disputas interimperialistas para atrair recursos para o Brasil e conduzir a industrialização. Pela leitura pedrosiana, portanto, a formação da burguesia industrial deu-se à sombra de uma visão restrita dos interesses nacionais. Conforme Pedrosa (1959, p. 3), “o grupo burguês desenvolvimentista é nacionalista na justa medida, isto é, até o ponto em que seus interesses colidem com os

dos grandes trustes e interesses industriais e financeiros estrangeiros”. Pedrosa (1959, p. 3) considera que Kubitschek tinha da burguesia industrial suas qualidades e defeitos, “ser ao mesmo tempo entreguista e nacionalista, tinha dela o dinamismo característico, mas também a inconseqüência de atitudes, resultado de uma posição contraditória”. Apesar de eventualmente haver colisões entre a burguesia industrial e o imperialismo, ela tinha consciência de seus laços insolúveis com o capital financeiro internacional. A briga da burguesia industrial com o imperialismo era “no fundo, uma briga em família”, ironiza Pedrosa (1959, p. 3).

Sua apreensão da base social do governo Kubitschek contrapõe-se à interpretação hegemônica na esquerda de que havia um antagonismo entre a burguesia agrária e a burguesia industrial (Ferreira, 1999). Segundo Pedrosa (1959, p. 3), exigir “dos nossos burgueses progressistas nacionalistas que rompam com os irmãos fazendeiros, os exportadores e os ‘entreguistas’ e venham para a rua arrastar o povo todo numa luta frontal e radical com aquele é exigir que façam o haraquiri”. A Revolução de 1930 firmou uma aliança entre as burguesias e o proletariado que sustentava os governos desde então. Na definição de Pedrosa (1966b, p. 169), “um contrato tácito, não escrito, uma espécie de convênio – mantido na realidade pela mão paternalística e autoritária da ditadura – de três classes: burguesia rural, burguesia industrial e proletariado urbano”.

Com a substituição do carisma de Vargas pela ideologia desenvolvimentista, essa aliança tornou-se instável. “A ideologia do desenvolvimentismo teve por finalidade essencial alimentar o otimismo das classes médias urbanas e por contágio as massas proletárias urbanas, a fim de que juntas”, continua Pedrosa (1966b, p. 170), “fornecessem os apoios necessários às operações do Poder político, no sentido de conservar ou preservar contra pressões externas o processo de acumulação nacional em marcha”. Por um lado, a transferência dos aumentos dos produtos para a classe média criou uma tensão política entre ela e o proletariado; por outro, a conciliação tinha como fator a inflação, que possibilitava os acúmulos de rendas. No plano dos partidos políticos, a aliança entre burguesia agrária, burguesia industrial e proletariado dava-se através da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB). Como a aliança tinha se esgotado no governo Kubitschek, a luta de classes foi se acirrando.

Com o parque industrial brasileiro diversificado, tratava-se de substituir o financiamento externo pelo nacional. O governo Kubitschek marcou uma inflexão no modelo de desenvolvimento. Segundo Pedrosa (1966b, p. 217), “estamos agora com o pálio de uma transição grave do sistema capitalista que se formou no Brasil segundo o modelo da substituição das importações”. Criado um parque industrial diversificado, outro modelo se impunha ao país. “Para que outro modelo?”, pergunta-se Pedrosa (1966b, p. 217), “Para um que se caracterize pelo seu poder de auto-sustentação do crescimento”. O Brasil deveria desvincular-se do imperialismo, porque, “no curso do desenvolvimento econômico do país”, era imperioso “passar a uma etapa superior de emancipação econômica e desenvolvimento autônomo”, conclui Pedrosa (1966b, p. 217). Contudo, o novo modelo não viria reformando o capitalismo, precisar-se-ia afastar-se do capitalismo por causa da impossibilidade de criar-se um desvinculado do imperialismo, dado a natureza dependente da burguesia industrial. Não se formou no Brasil um capitalismo nacional. A tendência deste capitalismo estava, nos termos de Pedrosa (1966b, p. 217), em “olhar antes para leste que para oeste, para o mar que para o sertão”.

45

A burguesia industrial formada à sombra da habilidade de Vargas em barganhar com as potências imperialistas era incapaz de desvincular-se do imperialismo. Responsável pela transição do Brasil à exploração rural capitalista, que se apropriou das bases materiais da exploração rural colonial para potencializar a acumulação, a burguesia agrária não tinha condições de desligar-se do mercado externo (cf. Di Carlo, 2018). Trata-se, agora, de apreender como Pedrosa estabelece o vínculo entre os dois setores de produção. Para ele, a burguesia cafeeira foi a grande adversária da Revolução de 1930, porém, ao não conseguir diversificar os produtos para exportação, Vargas conciliou e, através do câmbio, manteve o controle sobre a burguesia cafeeira, abolindo a hegemonia política dela. Conforme Pedrosa (1966b, p. 222), “politicamente [...] os fazendeiros de café foram vencidos pela Revolução de 1930, cuja tarefa econômica profunda, embora talvez não consciente, era abolir a hegemonia do fazendeiro de café sobre o Poder central”. A conciliação varguista estabeleceu o vínculo

político entre as duas burguesias. Destarte, se a Revolução de 1930 deu-se sobre um conflito de classe, a conciliação unificou-as politicamente, reforçando ainda mais o vínculo econômico entre os setores agrícola e industrial.

Essa aliança era indissolúvel tanto politicamente quanto economicamente na análise pedrosiana. No intuito de conduzir o Brasil a um desenvolvimento nacional, o proletariado tinha de afastar-se da aliança engendrada por Vargas e colocar seu modelo como viável ao país. Daí a necessidade do PTB separar-se do PSD, impelindo o proletariado a separar-se do aliancismo heterogêneo getulista levado adiante por Kubitschek, tentando dar forma a um modelo socialista democrático pela via parlamentar. Independente da finalidade anticapitalista de Pedrosa, caso o PTB não levasse uma política de classe adiante, a instabilidade do modelo esgotado no governo Kubitschek conduziria o Brasil a um beco sem saída.

Não feito isso, engendrou-se um vácuo político que foi ocupado por Jânio Quadros. Sua eleição acabou por derrotar a aliança PSD-PTB. Na leitura de Pedrosa (1966b, p. 145), “Jânio Quadros foi assim o instrumento da dissolução do velho casamento de que Vargas foi o padrinho”. Sua vitória foi contra a aliança populista-burguesa e o Golpe de 1964 seria, em parte, produto da cisão iniciada nas eleições presidenciais de 1960. Destarte, afirma Pedrosa (1966b, p. 149), deu-se “a passagem de uma política conservadora a uma política social, na omissão do PTB em cumprir seu papel histórico de partido das reivindicações realmente nacionais independentes e sociais do povo brasileiro”. O crítico de arte acentua o caráter radical da campanha de Quadros em 1960 ao levar em conta que ela levantava bandeiras que rompia com o getulismo, fazendo com que os partidos se dividissem, levando-os a assumirem uma política de classe sem hesitação. Ademais, “arrastou afinal as massas para uma política antes tímida e conservadora no interior, numa linha antiinflacionária convencional, na base da estabilização monetária, e uma política internacional de gestos ousados com veleidades de ‘independência’”, conclui Pedrosa (1966b, p. 149-150). Contudo, Pedrosa (1966b, p. 150, grifos do original) lembra que, removeu, com sua renúncia, “a cunha de transição que deveria ter sido o seu governo”, abrindo a fenda “na continuidade do ‘desenvolvimento’ à la JK da chamada burguesia progressista industrialista”.

Assim, o PTB assumiu o poder se deslocando à esquerda em 1961, por causa das promessas realizadas ao longo dos dois mandatos de vice-presidente de Goulart. Pedrosa (1966b, p. 146) considera que “o PTB, com a esquerda, vieram cedo demais ao poder”, pois “Goulart, acostumado a apenas fazer promessas às massas, ao povo em geral, se viu de repente acuado a ter de pagá-las”. Todavia a radicalização política foi estancada com o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, intensificando-se quando o presidencialismo voltou via plebiscito em 1963. Pedrosa (1966b, p. 152) observa que enquanto Goulart detinha o “poder difuso” do parlamentarismo, teve ampla coalizão a seu favor, depois dele obter o “poder unitário” do presidencialismo, as esquerdas se dispersaram, deixando-o sozinho frente à sanha do Congresso, da burguesia e do imperialismo.

A inflação, que vinha crescendo desde os anos 1930, acentuou-se durante o governo Goulart e levou a burguesia à encruzilhada golpista. Portanto, o fracasso da classe política no Brasil tinha, conforme o horizonte pedrosiano, influído diretamente no Golpe de 1964. A classe política não soube lidar com a inflação de modo técnico por causa de sua função sócio-política: a inflação atendia “aos interesses de certos grupos comerciais e industriais que viam nela uma garantia de alta indefinida dos preços”, também beneficiava os empresários, que conseguiam “empréstimos com facilidade e a juros vantajosos, ficando assim em condições de vender seus produtos com lucro, em virtude do dinheiro abundante” e, por fim, “o lucro provinha do fato de serem as altas de salários e das matérias-primas mais lentas do que a dos produtos”, enumera Pedrosa (1966b, p. 235-236).

O nacionalismo gestado pela barganha com o imperialismo, a inflexão no modelo de desenvolvimento ocorrida durante o governo Kubitschek e a indecisão da classe política em traçar uma política de classe sem titubeios, necessária para viabilizar um modelo político-econômico nacional, tornavam cada vez mais insustentável uma saída democrática para a crise política do Brasil. Entretanto, o processo analisado não desencadeia, por si só, um golpe de Estado. Este ocorre quando os atores se posicionam na arena política para desencadeá-lo e sustentá-lo. Depois de analisar a situação econômica e social do Brasil, Pedrosa (1966b, p. 116, grifo do original) julga que a deposição de Goulart foi determinada pelo imperialismo estadunidense, burguesia

agrária, burguesia industrial e Forças Armadas: “três fatores ou forças decisivas causaram a derrubada da situação presidida por João Goulart: o imperialismo americano, a classe dos proprietários fundiários do país e as Forças Armadas, como *corporação*”. Conforme sua análise, portanto, o Golpe de 1964 foi possível com a convergência entre interesses nacionais e estrangeiros, apoiado em uma base social e executado por uma corporação, cuja lógica de ação tem especificidades em relação à sociedade civil.

Para ele, o Golpe de 1964 implantou como novidade que o Brasil estava ligado umbilicalmente ao imperialismo estadunidense. Como a indissociabilidade dos interesses nacionais e estadunidenses dificilmente se daria no plano econômico e político, em razão de negociações concretas poderem levar a divergências entre os dois países, como se viu no governo Kubitschek, efetivou-se no plano ideológico. No intuito de compreender a ideologia que permitiu a convergência entre Brasil e EUA, com uma base social fundamental para um golpe de Estado e um ator político para alavancá-lo, Pedrosa (1966b, p. 85) analisa a teoria da guerra revolucionária décadas antes das indicações citadas por Martins Filho (2008b): o fracasso da França em suas guerras coloniais no Vietnã e Argélia deu origem ao “grude reacionário”. Os militares franceses, “tentando tirar da amarga experiência uma doutrina, sobretudo uma técnica para vencer em futuras guerras coloniais”, continua Pedrosa (1966b, p. 85), “conseguiram foi cristalizar num bródio teórico um esquema de luta anti-subversiva”. Formulada pelo general Leconte a partir de 1956, essa teoria partia do pressuposto que, com a guerra nuclear impossibilitada pelo equilíbrio de forças entre EUA e URSS, a guerra moderna era a revolucionária. Ela se passava nos países periféricos porque as burocracias autóctones eram incompetentes em desenvolverem seus países. Se por um lado, elas expulsaram os colonizadores europeus, por outro, enfraqueceram o “mundo livre”. Portanto, “por essa forma a independência política que lhes é dada pelos antigos colonizadores abre para esses países do Terceiro Mundo uma fase abertamente revolucionária”, observa Pedrosa (1966b, p. 87). A teoria militar francesa foi incorporada pelo imperialismo em razão de, continua Pedrosa (1966b, p. 93), “a nossa época de hoje se assinala [...] como a das revoluções e movimentos emancipadores

nacionais nos continentes outrora submetidos aos imperialismos ocidentais”, servindo para internacionalizar movimentos sociais nacionais.

Na perspectiva pedrosiana, o Golpe de 1964 foi uma aplicação da teoria da guerra revolucionária. Com isso, as lutas anti-imperialistas, que vicejaram ao lado das lutas anticoloniais após a Segunda Guerra nos países periféricos, foram descontextualizadas. Ou seja, os teóricos da guerra revolucionária ignoravam o colonialismo e o imperialismo, vendo influência soviética nas lutas sociais travadas em diversos países, rejeitando as especificidades nacionais que levavam à mobilização social e às reivindicações políticas e sociais. A circulação dessa teoria não era restrita às Forças Armadas, também circulava na classe política e sociedade civil, como pode ser inferido pelo lançamento do livro de Pinto (1965). Durante o governo Goulart, lembra Pedrosa (1966b, p. 94), o deputado federal Bilac Pinto, da União Democrática Nacional (UDN), subia à tribuna da Câmara dos Deputados e pronunciava que o Brasil estava “na terceira fase” da guerra revolucionária – a de obtenção de armas – e conclamava a sociedade civil a reagir. O udenista afirmava que tinha informações que armas foram distribuídas para sindicatos rurais e marítimos. Pedrosa (1966b, p. 94) lembra que “os ‘sindicatos rurais’ eram, como se sabe, organização recente, mas, graças a eles, em vários lugares, como em Pernambuco, os trabalhadores tinham conseguido não armas mas aumento de salários”. Além das Ligas Camponesas, o deputado acreditava que o Grupo dos Onze também era responsável pela guerra revolucionária. Entretanto, como Leonel Brizola falava a muitos, não seria possível formar grupos guerrilheiros por falta de homogeneidade, observa o crítico de arte. Além do mais, continua, guerrilha vicejava no campo. Nas cidades ocorriam apenas insurreições, de curta duração, ao contrário da guerrilha. A Frente de Mobilização Popular, conclui Pedrosa (1966b, p. 99), era uma “frente de agitação política”, heterogênea. Por fim, o udenista apontava as hesitações de Goulart como indicadora da guerra revolucionária. Pedrosa (1966b, p. 99) pergunta-se, “desde quando tais ‘qualidades’ são as de um condutor da guerra revolucionária?”. Seus comentários sobre as diatribes do deputado visam demonstrar que havia uma preparação para o golpe de Estado, a envolver políticos e militares. Ademais, os discursos do udenista ajudavam a formar o caldo ideológico para atrair setores da

sociedade civil através da “guerra psicossocial” – termo de Pedrosa (1966b, p. 120) que o aproxima de achados da pesquisa posterior de Dreifuss (1981).

Por causa de suas relações estreitas com os militares (Arruda, 1983; Berg, 2002) e a UDN até os anos 1950 (Karepovs, 2017), Pedrosa afirma que a aplicação da teoria da guerra revolucionária no Brasil não foi concebida pelo deputado, mas no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Na concepção militar, a guerra revolucionária estava em curso no país para isolá-lo do “mundo livre”; isto é, na afirmação de Pedrosa (1966b, p. 57), “‘isolar os Estados Unidos’ eis o que quer a ‘guerra revolucionária’ que se desencadeou no Brasil pelos comunistas ‘apátridas’, com a cumplicidade do presidente João Goulart”. No intuito de evitar o isolamento do Brasil, “os chefes militares conspiram, organizam sua ‘contraguerra revolucionária’ e instruem os políticos no Parlamento a agitarem o ambiente”, continua Pedrosa (1966b, p. 57). Internalizando essa teoria, os liberais esquematizaram a realidade social, enquadrando as reivindicações dos trabalhadores, além das lutas políticas da esquerda, como produtos da conspiração soviética, para isolar os EUA. Destarte, os liberais deixaram de defender os meios democráticos e passaram para a defesa dos fins – o *status quo*.

50

O Golpe de 1964, segundo a ideologia vigente entre os golpistas, foi um contra-ataque à ofensiva revolucionária a impelir o país a isolar-se do poder estadunidense. Fundamentalmente, a guerra revolucionária não se sustentava empiricamente, mas ideologicamente ela tinha força por causa de seu objetivo de atrelar-se aos interesses estadunidenses. Afinal, mantido um mínimo de autonomia diante de Washington, como foi o caso de Vargas e, posteriormente, Kubitschek, tais interesses nem sempre convergiram com os brasileiros. Na ironia de Pedrosa (1966b, p. 71), por falta de ideologia de classe autóctone, os oficiais gerais adotaram “uma ideologia de metrópole colonizadora”. Por um lado, eles passaram a defender os interesses dos EUA e, por outro, o *status quo*. Com as Forças Armadas e os liberais tirando a guerra revolucionária de seu contexto, tornaram-na abstração militar para esmagar movimentos sociais. Pedrosa (1966b, p. 79) afirma que “a guerra revolucionária é nacional ou não é, não se pode fazê-la ou determiná-la de fora”. Assim, não havia mais problemas externos, eles se confundiam com a política externa do governo estadunidense.

De qualquer forma, a teoria da guerra revolucionária serviu aos interesses das corporações e trustes dos EUA espalhados mundo afora depois da Segunda Guerra. Se essa teoria identificava que o conflito entre capitalismo e comunismo ocorria no interior dos países periféricos, era essencial uma formulação teórica capaz de identificar os inimigos do “mundo livre”. Eles não eram estrangeiros, encontravam-se no interior de cada país. Complementar à teoria da guerra revolucionária, havia a da agressão interna. Assim como esta, aquela era adotada para lidar com convulsões sociais que ameaçassem o *status quo*. Com o inimigo deixando de ser adventício e passando a ser autóctone, ele era identificado por suas ideias. Pedrosa (1966b, p. 72) destaca que, no discurso de saudação ao chanceler equatoriano Gonzalo Escudero em 16 de junho de 1965, Vasco Leitão da Cunha forjou uma “fórmula brilhante” para a teoria da agressão interna ao afirmar que as fronteiras deixaram de ser geográficas e passaram a ser ideológicas. Para ilustrar a teorização do chanceler brasileiro, Pedrosa (1966b, p. 72) cita um trecho do discurso transcrito pelo *Correio da Manhã* de 23 de maio de 1965, onde Cunha afirma que a soberania deveria ser reformulada fundamentando-se “na existência de um sistema político-social comum e não mais nas fronteiras físicas ou políticas, consideradas obsoletas pelo governo brasileiro”. Negando-se as fronteiras físicas e políticas, ressalta Pedrosa (1966b, p. 11), legitimava-se a intervenção dos EUA na América Latina caso a “soberania ideológica” estivesse ameaçada.

Na análise de Pedrosa (1966b, p. 111), tratava-se de uma nova soberania, não mais calcada em estados independentes, mas em “estados interdependentes submetidos ao primado soberano de uma ideologia”, a do capitalismo de monopólio. O princípio racional dessa soberania, conforme Pedrosa (1966b, p. 112), era totalitário porque estabelecia uma “unidade ideológica” entre os países. Deste modo, não havendo mais fronteiras físicas, não haveria mais invasão, legitimando intervenções dos EUA em nome da defesa contra a interferência de ideologias exóticas. Pedrosa (1966b, p. 112) julga que o “absolutismo ideológico” estadunidense não se restringiria aos países latino-americanos, pretendia abranger os domínios do Império Inglês. A soberania ideológica estava atrelada à teoria da guerra revolucionária, servindo para o imperialismo combater movimentos sociais que confrontassem os interesses do capital financeiro. Como o subdesenvolvimento era o calcanhar de Aquiles do imperialismo, os

interesses nacionais da América Latina deveriam confundir-se com os dos EUA, em nome das “Américas”.

Por mais que essas especulações político-militares tivessem sido eficientes para mobilizar as Forças Armadas e, através dos debates conduzidos por políticos em sintonia com oficiais generais, formar o caldo ideológico a confundir deliberadamente interesses nacionais antagônicos aos estadunidenses como produto da infiltração comunista no governo Goulart, elas eram deixadas de lado pela burguesia industrial. Pedrosa (1966b, p. 58-59) destaca que ela “não falava tanto em ‘guerra revolucionária’ [...] mas em ‘golpe continuísta’ de Jango e no descalabro da situação financeira e econômica de que se aproveitavam os comunistas”. Aqui, portanto, a inflação unificou a burguesia industrial a favor de uma saída golpista para a crise política. Consequentemente, tratou de organizar o golpe de Estado buscando o apoio dos EUA: “São Paulo foi o centro da conspiração propriamente civil, conscientemente de classe”, afirma Pedrosa (1966b, p. 58).

52 Se a inflação unificou a burguesia industrial, a burguesia agrária foi unificada pela situação política no meio rural. No interior do Brasil, os trabalhadores rurais começaram a organizar-se para conseguirem aumentos salariais e melhores condições de trabalho: “de Minas a Goiás, do estado do Rio ao Paraná, Bahia Nordeste, São Paulo mesmo”, continua Pedrosa (1966b, p. 59), “as velhas classes dominantes estavam realmente diante de um movimento novo, embora ainda muito elementar, socialmente bem mais profundo, de ‘camponeses’”. Não eram conspiradores, como propagandeado por políticos udenistas, mas “moradores e lavradores pobres, meeiros, trabalhadores de engenhos e usinas, colonos de grandes fazendas, peões lá com algo de uma ‘consciência social’”, contextualiza Pedrosa (1966b, p. 59). A novidade levou a burguesia agrária a conchamar pela ordem. Mais exatamente, ela passou a exigir a repressão ao movimento dos trabalhadores rurais. Mas em 02 de março de 1963 foi aprovado o estatuto do Trabalhador Rural. As conquistas prosseguiram com a lei do salário mínimo no campo e o decreto da SUPRA, que desapropriava terras marginais às estradas, ferrovias e açudes. Segundo Pedrosa (1966b, p. 62), “a assinatura desse decreto provocou a mobilização geral de toda a velha classe fundiária brasileira, colocando-a em pé de guerra, armada e em estado insurrecional”. “À sua explosão dois dias depois”, conclui Pedrosa (1966b, p.

62), veio “somar-se a reação maciça de toda a oficialidade das Forças Armadas e do Exército em particular”. No temor do proprietário fundiário contra a reforma agrária unificaram-se as demais classes sociais que formaram a base social necessária para o golpe de Estado ser desencadeado pelos oficiais generais.

Na concepção pedrosiana, as Forças Armadas eram legalistas enquanto instituição. Então, por mais que setores da sociedade civil se mobilizassem para depor Goulart, elas só agiriam na direção deles quando houvesse uma unidade entre a oficialidade a favor do golpe de Estado. Daí Pedrosa ter dado ênfase que as Forças Armadas foram preponderantes no Golpe de 1964 enquanto corporação. Portanto, por mais que parte dos oficiais generais fosse golpista, só agiria quando sua predisposição se tornasse hegemônica entre a oficialidade, mobilizando as Forças Armadas enquanto corporação. Apoiando-se nas declarações do deputado federal José Costa Cavalcanti, da UDN, um dos articuladores dos elementos políticos e militares da conspiração, a compreensão pedrosiana – posteriormente sustentada por Ferreira (2000; 2007) – considera que a rebelião dos marinheiros em março unificou a oficialidade a favor do golpe de Estado. O udenista se expressou assim para o jornalista Fernando Pedreira: “Três foram os momentos decisivos que levaram o Exército ‘a pôr de lado suas convicções legalistas e a derrubar o governo: a intentona dos sargentos, em setembro de 63; o episódio do sítio, em princípios de outubro; e a rebelião dos marinheiros, já em março de 64” e enfatiza que “esta última ocorrência vendeu os escrúpulos dos menos inconformados e tornou praticamente unânime a convicção de que o Sr. Goulart não podia continuar no poder”, cita Pedrosa (1966b, p. 139). Entretanto, ao depor o presidente, as Forças Armadas não estavam indo “contra a reforma agrária, nem contra as encampações das concessionárias, nem contra a lei de remessa de lucros [...] O fator militar disciplinar contingente”, continua Pedrosa (1966b, p. 143), “deu as armas de que a contrarrevolução precisava para expulsar o presidente”. “Ao chegarem ao poder”, conclui Pedrosa (1966b, p. 143), “os homens vitoriosos em abril logo descobriram o sentido do movimento que arrastou as Forças Armadas: não se destinava a restabelecer a disciplina militar, a ordem política e moral, mas a instalar no Brasil a contrarrevolução em permanência”. Assim, a ideologia da guerra revolucionária fez sua primeira vítima

na América Latina, levando o Brasil a vincular seus interesses aos do capitalismo de monopólio.

Os documentos referentes à participação direta do governo estadunidense no Golpe de 1964 não eram públicos em 1966. Eles só foram liberados nos anos 1970, quando Parker (1977) requereu junto à Casa Branca acesso aos arquivos referentes às relações entre Brasil e EUA compreendidas entre a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de Goulart pelos militares. Conseqüentemente, ao perguntar-se até que ponto o governo estadunidense participou do golpe, Pedrosa (1966b, p. 116) responde que “as provas materiais talvez não existam”, mas “as provas circunstanciais são abundantes”, pois o veto estadunidense foi fundamental para a queda de Goulart. Já em 1964, Thomas Mann, Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos, admitiu diante de uma subcomissão da Câmara dos Deputados em Washington sua participação no Golpe de 1964: “Em janeiro, quando assumi o cargo, estávamos conscientes de que o comunismo se enraizava no Governo de uma forma rápida”, cita Pedrosa (1966b, p. 66). Coincidentemente, destaca, no mesmo mês em que Bilac Pinto iniciou suas diatribes acerca da guerra revolucionária na tribuna da Câmara dos Deputados.

54

A intervenção, contudo, não era unilateral. No caso do Brasil, precisou que uma série de fatores convergisse para o sucesso do golpe de Estado. Enfim, “a evolução econômica do Brasil e sua evolução política convergem para uma mesma grave crise estrutural”, observa Pedrosa (1966b, p. 195). Sem isto, os EUA não teriam realizado sua primeira experiência intervencionista de apoio a ditaduras militares latino-americanas que garantissem retorno para suas corporações e trustes.

4. Diagnóstico e prognóstico da ação dos militares no governo

Para Pedrosa, a crise política que culminou na deposição de Goulart clarificou os problemas fundamentais do Brasil. Tratava-se, então, de um mérito histórico do governo deposto ter colocado em evidência a dívida externa, educação popular, planejamento econômico e reforma agrária. Entretanto, ressalta Pedrosa (1966b, p. 181-182), a independência econômica não negava a “inter-relação com os outros países e muito menos com os Estados Unidos, [...] mas possibilidade de se fazer, nos

momentos decisivos, as opções essenciais quanto ao caminho do desenvolvimento e do progresso”. Para ele, o Golpe de 1964 foi dado para salvar a ortodoxia liberal.

Como exposto anteriormente, notou que a base social da ditadura militar era a burguesia agrária e a burguesia industrial. Esta tratou de buscar apoio internacional, enquanto aquela conseguiu unificar a classe média e a pequena burguesia à favor de uma saída golpista para a crise política em razão da reforma agrária pôr em risco a propriedade privada. Portanto, a intocabilidade desta unificou diversas classes sociais, formando a base de apoio fundamental para as Forças Armadas levarem o golpe de Estado adiante. Pelo fato da indissociabilidade dos interesses nacionais e estadunidenses ter ocorrido no plano ideológico, as “dogmáticas apriorísticas” da ditadura militar, para Pedrosa (1966b, p. 184; 71), fundavam-se no “conceito cada vez mais anacrônico de Guerra Fria”, como bússola na política internacional e a economia brasileira somente desenvolver-se-ia vinculando-se integralmente ao capitalismo de monopólio. Está notando, portanto, como a doutrina da Segurança Nacional foi reformulada no contexto da Guerra Fria (Oliveira, 1987; Schwarcz e Starling, 2015). Como observa Martins Filho (2008a, p. 109), “a doutrina hegemônica no seio das Forças Armadas vinculou num pacto faustiano os objetivos da Nação aos objetivos da Segurança Nacional dos Estados Unidos”.

Apesar do Golpe de 1964 ter ocorrido por causa de uma confluência de fatores – tais como a mudança da política externa dos EUA após a Segunda Guerra, o esgotamento do modelo de desenvolvimento no governo de Kubitschek e a incapacidade do PTB em fazer uma política de classe, tendo como pano de fundo a teoria da guerra revolucionária a formar o caldo ideológico a confundir interesses nacionais antagônicos aos estadunidenses como alinhamento à URSS e o desrespeito ao princípio da hierarquia militar ter unificado a oficialidade em direção ao golpe de Estado –, a ditadura militar adquiriu, segundo Pedrosa (1966b, p. 186), uma “autonomia em face das classes dirigentes brasileiras”. No plano político, a autonomia ocorreu porque o poder passou a ser exercido por militares, que, na análise de Pedrosa (1966b, p. 186), não são “uma classe, nem um partido, mas uma função primordial do Estado”. No plano econômico, a autonomia deu-se ao investir Roberto Campos como o responsável pela

política econômica do governo. Destarte, a ditadura militar tornou-se um hábil regime para atender aos anseios do capitalismo de monopólio.

Não é em vão, portanto, a análise pedrosiana reputar um caráter bonapartista à gestão de Castelo Branco à frente da presidência da república, ao contrário de Dreifuss e Dulci (2008, p. 143), que julgam que “o bonapartismo constitucional das Forças Armadas brasileiras chegara ao fim com os eventos de abril de 1964”. A ditadura militar inaugurou um novo bonapartismo no Brasil, cuja função primordial era, nos termos de Pedrosa (1966b, p. 188), “policial-burocrática” na política interna e de “adesão incondicional a uma potência” na política internacional. “A primeira característica do novo governo ditatorial militar bonapartista”, conclui Pedrosa (1966b, p. 188-189), “foi a de ser, como o bonapartismo clássico foi, não a resultante do equilíbrio entre as classes em oposição dentro do Brasil, mas o agente imperialista no sistema econômico-político a compor-se no Brasil” após a deposição de Goulart. Assim, “pretendeu-se fazer do Exército [...] uma entidade bonapartista impessoal”, continua Pedrosa (1966b, p. 192). Contudo, pelo fato das Forças Armadas serem uma função primordial do Estado, dificilmente conseguiriam preencher todas as funções políticas do aparelho de Estado. Dado os limites institucionais delas, o bonapartismo transformou-se, observa Pedrosa (1966b, 192), “numa ditadura burocrática, com estrebuchos totalitários agressivos por parte de grupos civis mas sobretudo militares, de antigos conspiradores frustrados, cuja redução ideológica é de tal ordem que os torna incapacitados de romper o isolamento”.

Com o anteprojeto do Estatuto da Terra enviado ao Congresso, a burguesia agrária não demorou a protestar. Entretanto, a UDN conseguiu bloquear a reforma agrária prevista no anteprojeto, tornando a possibilidade de desapropriação remota. Em sua pretensão de despersonalizar o bonapartismo, Castelo Branco pretendia fazer das Forças Armadas a base do poder. A ideologia da guerra revolucionária a tornar indissociáveis interesses nacionais e estadunidenses enfraquecia-se perante as condições econômicas do Brasil. Se a burguesia agrária e a burguesia industrial desejavam que o poder fosse restituído a elas, a população estava descontente com a inflação, que seria combatida essencialmente através da contenção dos salários, tirando cada vez mais qualquer veicidade da ditadura militar de apoiar-se no proletariado. De

um lado, a ditadura militar perdia sua base social e, de outro, sua política econômica centrada no arrocho salarial a tornaria incapaz de constituir uma nova base social.

Pedrosa (1966b, p. 201) nota que a ditadura militar debatia-se entre o “capitalismo privado e livre e desnacionalização econômica, com possível desagregação dos laços econômicos federativos” e o “regime de estatização das áreas estruturais da economia com os setores industriais de empresa privada brasileira reativados”. Esse dilema era *a posteriori*, pois os “militares colocados à frente de empresas públicas ou postos em contato com os problemas dessas indústrias passam irresistivelmente a vê-los de um ângulo oposto à ideologia da ditadura, isto é, do justo ângulo dos interesses do Brasil”, observa Pedrosa (1966b, p. 303-304). Somente a “presença do povo” e “forças políticas novas”, continua Pedrosa (1966b, p. 247), pressionariam os militares a adotarem uma nova política econômica, independentemente dos estrangulamentos externos. Todavia, a ditadura militar não tinha uma base social considerável para conduzir o processo. Por sua vez, a burguesia industrial, presa ao capital estrangeiro e à burguesia agrária, tinha o horizonte limitado para conduzir a transição a um novo modelo de desenvolvimento.

57

Para enfrentar os problemas acumulados até 1965, a ditadura militar tinha dois caminhos a seguir. Um era o neoliberalismo, com o capital estrangeiro reativando as forças produtivas do país, entregando-se “a decisões exógenas que venham reavivar as forças produtivas do Brasil (linha do FMI)”, aponta Pedrosa (1966b, p. 307). O outro era o capitalismo de Estado, com o capital público, através de investimentos na infraestrutura, superando o capital privado, decidindo-se “na negação da própria obra, da própria ideologia, a fazer pesados investimentos na ordem infraestrutural e estrutural”, conclui Pedrosa (1966b, p. 307). Contudo, o capitalismo de Estado era uma possibilidade em 1965, dar-se-ia com a sedimentação de uma ideologia formada pelos militares que fossem ocupando funções nas empresas públicas, cujos problemas práticos levariam eles a romperem com o corporativismo militar estreito, sustentado na teoria da guerra revolucionária, e passariam a ver as funções estimulantes do Estado para a economia brasileira, como a análise pedrosiana infere durante o governo Castelo Branco. Enquanto Ferreira (1966) enfatiza o capitalismo de estado, Pedrosa aponta as contradições do processo: as Forças Armadas assumiram o poder em nome da

ortodoxia liberal, mas aos poucos se distanciavam dela. Talvez sua análise indique essa contradição por ter notado que a ação política dos militares é mediada por suas condições institucionais, aproximando-o da crítica de Lemos (2013) aos diversos paradigmas que orientam as pesquisas sobre o tema das relações militares-política.

5. Considerações finais

58 Pedrosa, como marxista, compreendia a ideologia como fundada em uma infraestrutura. Mas, diferentemente de Sodré (1979), levava em conta a especificidade das Forças Armadas como corporação. Assim, para ele, havia necessidade de olhar a posição ocupada pelos militares em cada contexto para entender o fundamento de sua ideologia. Ao assumirem o poder diretamente, passariam a ocupar postos estratégicos na máquina estatal, podendo levar a uma clivagem da ortodoxia liberal que orientou o Golpe de estado. Em 1965, entretanto, isso era uma hipótese, pois a ideologia militar seria modificada conforme os militares fossem ocupando novas funções nos aparelhos de Estado, passando a ver os interesses nacionais de forma mais pragmática e distanciando-se da teoria da guerra revolucionária, a ver os interesses nacionais pela perspectiva do conflito entre Ocidente e Oriente, opondo de modo absoluto EUA e URSS. Em 1965, com a economia gerenciada por Roberto Campos e Otávio Bulhões, a ditadura militar era, sobretudo, a aceitação do subdesenvolvimento como inevitável, que o Brasil não poderia conduzir sua economia com autonomia diante do imperialismo na perspectiva pedrosiana. Se os militares passavam por um dilema no poder, a sociedade civil se movimentava. A burguesia agrária mobilizou-se por causa do Estatuto da Terra, conseguindo que sua reação ante a reforma agrária bloqueasse qualquer veleidade reformista da ditadura militar. A burguesia industrial estava impaciente com a economia, cujo crescimento não tinha sido reativado ao patamar do governo Kubitschek pela equipe econômica de Castelo Branco. A classe média impacientava-se com a inflação, que, se em 1965 baixou consideravelmente, em 1966 voltou a subir, mesmo estando distante dos índices do governo Goulart. Destarte, a base social da ditadura militar não estava coesa no biênio.

Sendo o arrocho salarial um dos instrumentos de controle da inflação, o proletariado encontrava-se em um beco sem saída porque seus instrumentos de

pressão política estavam em suspenso. O Golpe de 1964, de imediato, suprimiu as liberdades democráticas e, fazendo uso de meios repressivos, interviu nos sindicatos. A política sindical dos militares se clarificou, criando obstáculos aos candidatos oposicionistas nos sindicatos. No horizonte pedrosiano, cabia à classe operária intervir na dinâmica social.

Pedrosa observa que a inflexão no modelo de desenvolvimento durante o governo Kubitschek tornou insustentável a manutenção da aliança de classes do desenvolvimentismo, dificultando uma saída legal para a crise política ao se tentar reproduzir a mesma aliança ao longo do tempo. O crítico de arte julga que a economia, *per se*, não leva a um *putsch*, os atores devem se posicionar na arena política para desencadeá-lo e sustentá-lo. Para ele, Goulart foi deposto após a conversão de interesses dos EUA, burguesia agrária, burguesia industrial e Forças Armadas. Portanto, o golpe de estado ocorreu quando os interesses da burguesia nacional convergiram com os do imperialismo, apoiando-se em uma base social e executado por uma corporação, cuja lógica de ação tem especificidades em relação à sociedade civil. Dentro da tradição marxista analisada por Carilho (1979), Pedrosa ocupa uma posição *sui generis* ao analisar as Forças Armadas, em razão de tentar conciliar uma análise geral – ao tentar compreender as transformações do capitalismo, especialmente a hegemonia dos EUA a partir da Segunda Guerra – com uma compreensão restrita – ao buscar entender as Forças Armadas como uma corporação com lógica própria de ação.

59

Referências

- ABRAMO, Fúlvio (1984). “Frente Única Antifascista 1934-1984”. *Cadernos CEMAP*, São Paulo, ano I, n. 1, p. 1-94, out.
- ARRUDA, Antônio de (1983). *A Escola Superior de Guerra*. 2ª ed. São Paulo: GRD; Brasília: INL.
- BERG, Creuza (2002). *Mecanismo do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Carlos: EdUFSCar.
- CARILHO, Maria (1979). “Marxismo e questão militar”. *Nação e Defesa*, Lisboa, ano IV, n. 10, p. 131-151, abr./jun.
- DI CARLO, Josnei (2018). “Da margem se vê melhor? O autoritarismo no Brasil segundo a Oposição de Esquerda nos anos 1930”. *Política Hoje*, Recife, v. 27, ed. especial, p. 162-194.

DREIFUSS, René Armand (1981). *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

_____; DULCI, Otávio Soares (2008). “As forças armadas e a política”. In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 132-181.

FERREIRA, Oliveiros S. (1966). *O fim do poder civil*. São Paulo: Convívio.

_____. (2000). *Vida e morte do partido fardado*. São Paulo: SENAC.

_____. (2007). *Elos partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: HARBRA.

FERREIRA, Pedro Roberto (1999). *O conceito de revolução da esquerda brasileira – 1920-1946*. Londrina: EdUEL.

KAREPOVS, Dainis (2017). *Pas de politique Mariô! Mário Pedrosa e a política*. Cotia: Ateliê Editorial; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

LEMONS, Renato (2013). “Militares e política: uma discussão de paradigmas”. In: CHAGAS, F. M. et. al. (orgs.). *A guerra e a formação dos estados nacionais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Multifoco, p. 222-240.

_____. (2018). *Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)*. Rio de Janeiro: Consequência.

60

LENIN, Vladimir Ilitch (1985). *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3ª ed. São Paulo: Global.

LUXEMBURGO, Rosa (1970). *A acumulação do capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MAFFEI, Eduardo (1984). *A Batalha da Praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion.

MARTINS FILHO, João Roberto (2008a). “Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe”. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 97-126.

_____. (2008b). “Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos 1960”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 39-50, jan./jun.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (1976). *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Dissertação (mestrado) em Ciência Política. Local: UNICAMP.

_____. (1987). “A doutrina de segurança nacional: pensamento político e projeto estratégico”. In: OLIVEIRA, E. R. (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, p. 53- 86.

PARKER, Phyllis R. (1977). *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PEDROSA, Mário (1959). “Entreguismo e nacionalismo”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 179, p. 3 e 8 (Segundo Caderno), 02 ago. (FBN)

_____ (1966a). *A opção imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1966b). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PINTO, Bilac (1965). *Guerra revolucionária*. Rio de Janeiro: Forense.

SCHWARCZ, Lilian Moritz; STARLING, Heloisa M. (2015). *Brasil: uma biografia*. São Paulo, Companhia das Letras.

SODRÉ, Nelson Werneck (1979). *A história militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

STOTZ, Eduardo Navarro (1986). "As faces do moderno Leviatã". In: MELO, S. A. (org.). *Vinte anos de resistência: Alternativas da cultura no regime militar*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 13-28.

Recebido em 24 de fevereiro de 2019
Aprovado em 13 de maio de 2019
<https://doi.org/10.31990/agenda.2019.1.2>